



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em
Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

ANDRÉIA DOS SANTOS

**AÇÕES DO PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA NA
(DES)CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO KALUNGA**

**BRASÍLIA – DF
2014**

ANDRÉIA DOS SANTOS

**AÇÕES DO PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA NA
(DES)CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO KALUNGA**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília
(UnB) como requisito para obtenção do grau de
Especialista em Gestão de Políticas Públicas em
Gênero e Raça.

Orientador: Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri

**BRASÍLIA – DF
2014**

Santos, Andréia dos

Ações do Programa Brasil Quilombola na (des)construção da Nação Kalunga/ Andréia dos Santos. – Brasília, 2014.

39 f. : il.

Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação - FE, 2014.

Orientador: Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri

1. Identidade Étnica 2. Nação Kalunga 3. (des)construção 4. Programa Brasil Quilombola . I. Título

ANDRÉIA DOS SANTOS

**AÇÕES DO PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA NA
(DES)CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO KALUNGA**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça do (a) aluno (a)

Andréia dos Santos

Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri

Professor-Orientador

Prof. Carmen Batista

Professora-Examinadora

Brasília, de de

DEDICATÓRIA

Dedico a meus pais, pelo cuidado constante e por terem me ensinado ser quem eu sou, um pouco mais ou um pouco menos Kalunga, parte de gente que aprendeu a sobreviver e estar de cabeça erguida.

A meu “Papis”, Robson Bastos Roen, por ter acompanhado a minha caminhada, por ter me motivado em frente as “incertezas” e por estar sempre ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, aos orixás, a Jah e a todos que me ajudaram, direta ou indiretamente, na conclusão deste trabalho.

Não poderia deixar de agradecer a minha tutora Kelly Tatiane Martins Quirino, por todas as vezes que me trouxe de volta ao curso.

Agradeço a orientação inicial da Prof^a. Dra. Maria Lídia Bueno, que se afastou da orientação por motivo de doença, e ao Prof. Dr. Leandro Galastri, que aceitou dar continuidade a orientação.

Trazemos no corpo o mel do suor,
trazemos nos olhos a dança da vida,
trazemos na luta, a Morte vencida. No
peito marcado trazemos o Amor. Na
Páscoa do Filho, a Páscoa dos filhos
recebe, Senhor.

Milton Nascimento

RESUMO

Este estudo investigou os aspectos de nação da comunidade Kalunga e o quanto as ações do Programa Brasil Quilombola corroboram para a afirmação desse grupo como unidade humana, nos recortes políticos, étnicos, religiosos, culturais, psicossociais, entre outros, como forma de se entender como as políticas afirmativas e seus programas proporcionam a decodificação dos processos de (des)construção da identidade idiossincrática de comunidades tradicionais.

Palavras-chave: 1. Identidade Étnica 2. Nação Kalunga 3. (des)construção 4. Programa Brasil Quilombola

ABSTRACT

This study investigated the nation aspects of the Kalunga community and how the actions of Brazil Quilombola Program corroborate to the statement of this group as human unity, in the political, ethnical, religious, cultural, psychosocial, among others, cutouts as a way to understand how the affirmative action policies and programs provide the decoding processes of (de) construction of idiosyncratic identity of traditional communities.

Keywords: 1. Ethnical Identity 2. Kalunga Nation 3. (de) construction 4. Brazil Quilombola Program

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASQ- Agenda Social Quilombola

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CELG – Companhia Energética de Goiás

FCP – Fundação Cultural Palmares

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Incra – Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MME- Ministério de Minas e Energia

MSD – Melhorias sanitárias domiciliares

PBQ – Programa Brasil Quilombola

PLT – Programa Luz para Todos

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAA – Sistemas de abastecimento de água

Seppir – Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial

SES – Sistema de esgotamento sanitário

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Contextualização	13
1.2 Formulação do Problema	14
1.3 metodologia	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 A (Des)construção da Nação Kalunga	18
2.1.1 Um passo atrás: origem plural da Nação Kalunga	23
2.2 Territorialidade: Contra-argumento de pertencimento	25
2.3 O diálogo das ações do PBQ com o sentimento de nacionalidade Kalunga	27
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES	30
3.1 Eixo 1 - Acesso a Terra	30
3.2 Eixo 2 – Infraestrutura e Qualidade de Vida.....	32
3.3 Eixo 3 – Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva	34
3.4 Eixo 4 – Direitos e Cidadania	34
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

O corpo semântico da palavra nação é extremamente elástico, apresentando aspectos históricos, étnicos, culturais, entre outros com dimensão mais ampla ainda, que vão da descontinuidade de nacionalidade até a desterritorialidade econômica, política e social, nos diferentes “desencaixes”.

Neste estudo foram utilizadas tanto a palavra nação (com inicial minúscula); quanto a palavra Nação¹ (com inicial maiúscula), na tentativa de se explicitar os relevos pretendidos, principalmente, com relação ao que constitui o que significa a nação Kalunga, o território dela e qual a peculiaridade de sua população que dá rosto a Nação Kalunga, com o contorno das ações do Programa Brasil Quilombola – PBQ.

Com o objetivo de verificar se as ações do PBQ, na comunidade Kalunga, estão alinhadas com as peculiaridades da Identidade de Nação dessa comunidade, esta pesquisa se ocupou em analisar o papel desse programa na formação e manutenção da subjetividade Kalunga e em investigar se a articulação das ações dele fortalecem a ideia de unidade desse Quilombo.

As informações disponíveis sobre o PBQ se encontram nos relatórios da Seppir e esboçam o retrato das comunidades quilombolas, entre elas, a Kalunga. A proximidade de grupos considerados isolados, e com características específicas como os de comunidades quilombolas, faz com que cresça a necessidade de identificar vulnerabilidades nos traços que caracterizam esses quilombos como nação.

Neste sentido, este exame se justifica principalmente pela necessidade de se conhecer e se dar visibilidade às questões relacionadas às facetas heterorgânicas de Kalunga, à luz das ações do PBQ, principalmente no que se refere ao desconstrucionismo, ou seja, ao desmonte do arcabouço conceitual de Nação Kalunga, na tentativa de se avaliar se esse programa pode ou não fortalecer a ideia de unidade indissociável das pluralidades dessa comunidade.

Sendo assim, foram vasculhados os quatro eixos de ação do Programa Brasil Quilombola – PBQ para se verificar o quanto elas foram capazes de intensificar o sentido de Nação do Quilombo Kalunga, a partir das interseções de suas diversidades.

¹ Seguindo basicamente o texto do Novo Acordo Ortográfico, na seção sobre **EMPREGO DE MAIÚSCULAS E MINÚSCULAS** 14.º Nos substantivos que exprimem conceitos políticos ou religiosos de particular elevação, quando são empregados sinteticamente, quer dizer, quando apresentam só por si, com relação a uma comunidade política, nacional ou religiosa, o mesmo sentido que teriam em conjunto com uma forma adjetiva ou adjetivo-pronominal: **a Nação (a nossa nação); o País (o nosso país); a Pátria (a nossa pátria); a Igreja (a Igreja Católica); a Administração (a Administração Pública)**
https://www.incm.pt/actos/acordo_ortografico.html

1.1 Contextualização

As comunidades Quilombolas são grupos com trajetórias históricas próprias, e seguem em diferentes direções, pois possuem repertório sócio-cultural particular, tendo ou não memórias com raízes fincadas nos movimentos libertários de seus ancestrais.

Esta pesquisa não trata o povo Kalunga como descendente de escravos, mas sim como uma nação que se espalha sem perder o vínculo com sua identidade, mesmo que essa se reconstrua a cada momento em que esses descendentes de pessoas escravizadas interagem com outras nações. O PBQ, ampliado pelo Decreto 6261/2007, é uma dessas formas de ação externa sobre a comunidade Kalunga, com interferências que visam garantir o acesso à terra, redefinir infraestrutura e procurando melhorar a qualidade de vida, intensificar o desenvolvimento local, com inclusão produtiva, validar os conceitos de direito e cidadania e promover a regularização fundiária, conforme preconizam seus quatro eixos de atuação.

O PBQ é coordenado pela Seppir e envolve diversos órgãos da administração pública federal, além de organizações sociais. Este desenho do programa foi necessário para atender a realidade das diversas comunidades quilombolas.

O território Kalunga possui aproximadamente 3.000 famílias e uma área territorial de 253.191, 720 hectares espalhados nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás. O título fundiário foi expedido em 14/07/2000 e a certidão em 19/04/2000. Cerca de 1581 famílias Kalungas estão registradas no Cadastro único para programas sociais do Governo Federal – Cadúnico, sendo 63,4% destas em situação de extrema pobreza (Cadúnico, ago/2012).

Em 2009, por meio de uma parceria entre a Seppir² e UEG³ foi lançado, na Comunidade Kalunga, o projeto Jovens Mulheres Quilombolas, que teve o intuito de fortalecer a participação social a partir do desenvolvimento juvenil, garantindo principalmente os direitos de jovens mulheres das comunidades quilombolas de Goiás.

O território Kalunga conta com três associações de moradores: A associação do Quilombo Kalunga; Associação de Cavalcante e a Associação local, que é representada por lideranças de três municípios com a direção composta pelo Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e mais doze pessoas de outras comunidades (Censo de Goiás, 2013). As decisões da comunidade passam necessariamente por lideranças kalungas tradicionais, esses nem sempre dão oportunidade para que os mais jovens participem das decisões por julgarem que

² Secretaria de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR)

³ Universidade Federal de Goiás

os jovens não possuem nem a vivência e nem a sabedoria suficientes para interferir nas decisões do quilombo, tarefa atribuída aos mais velhos.

Nesse contexto, verifica-se a necessidade de dar maior visibilidade aos jovens quilombolas, evitando principalmente que esses deixem os quilombos em busca de melhores oportunidades de educação e de trabalho.

A 4ª Edição do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, publicação do Instituto de Pesquisa Econômica aplicada – IPEA em conjunto com a Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial - Seppir, apresenta instrumentos que permitem avançar no diagnóstico das condições dos negros no país, bem como no monitoramento da implementação das políticas desenvolvidas atualmente. Educação, saúde, mercado de trabalho e vitimização são alguns dos blocos temáticos apresentados no estudo.

A preservação do modo de vida, cultura e manifestações religiosas são importantes para guardar a memória dessas comunidades que ajudaram a construir a história do Brasil, história essa, muitas vezes, renegada pela sociedade.

1.2 Formulação do Problema

Esta pesquisa busca traçar o perfil da comunidade Kalunga sob os reflexos das ações do Programa Brasil Quilombola, dentro da organicidade dessa comunidade, com seus elementos macro e micro-estruturais; ou seja, partindo de sua organização sócio política até chegar no âmbito do cotidiano desse grupo, antes do referido programa, e se o mesmo se modificou significativamente após as ações propostas por ele.

Sendo assim, tem por finalidade verificar se esse programa atende às especificidades desse Quilombo, respeitando sua dinâmica peculiar e sua trajetória histórica, uma vez que nenhum quilombo é igual a outro, principalmente em suas micro-faces, tais como religiosidade, cultura, *modus vivendi*, entre outras, e, em particular, no espaço que ocupam como Nação.

O contexto, portanto, em que esse trabalho está inserido, procura compreender os efeitos do reconhecimento das Comunidades Quilombolas pela Constituição Federal de 1988⁴, da atuação da Fundação Cultural Palmares, que tem como principais atribuições a

⁴ Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

formalização da existência dessas comunidades, prestar apoio jurídico e desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania.

No processo de regularização, a comunidade precisa se autorreconhecer como um quilombo, sendo também necessário haver uma relação histórica com o território reivindicado. A Fundação Palmares emite uma Certidão de autorreconhecimento e dá todo o suporte para emissão do documento definitivo que é emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária - Incra.

O decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por oriundos das comunidades dos quilombos. Esse decreto deu mais segurança para o povo quilombola, uma vez que possibilita a eles a permanência na terra e a manutenção da sua cultura, reconstrução da identidade de Nação.

Outro importante documento de reconhecimento das comunidades quilombolas é o Estatuto da Igualdade Racial, criado pela lei Nº 12.288/2010⁵. Direcionado à população negra e à efetivação de oportunidades, defesa dos direitos individuais, coletivos e difusos e o combate às demais formas de intolerância étnica. O estatuto prevê ações nas áreas da saúde, educação, cultura, preservação de suas terras e demandas que contemplam a especificidade das comunidades quilombolas.

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

5 Art. 1º Esta lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinada a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

O Programa Brasil Quilombola - PBQ - foi lançado em 12 de março de 2004, tendo como marco inicial o território Kalunga⁶, com o compromisso de levar a essas comunidades infraestrutura em energia elétrica, água, estrada, habitação e desenvolvimento social.

O PBQ foi ampliado pelo Decreto 6261/2007, que agrupa as ações às comunidades em quatro eixos: Acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; direitos e cidadania; regularização fundiária.

O programa é coordenado pela Seppir e envolve 23 órgãos da administração pública federal, além de organizações sociais. Esse desenho do programa foi necessário para atender à realidade das diversas comunidades quilombolas.

A Seppir foi criada por meio da Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei 10.678⁷. A Seppir conta com ações e programas executados pela Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, essa secretaria tem a missão de formular, coordenar e monitorar planos, programas e projetos que assegurem o acesso de comunidades tradicionais às políticas públicas por meio da articulação entre órgãos federais, estaduais e municipais, além de criar e manter banco de dados e estudos diagnósticos sobre os Povos e Comunidades Tradicionais.

O enfoque dado nesta monografia, por conseguinte, diz respeito aos aspectos das transformações no perfil Kalunga e sua solidificação ou não como Nação, ou seja, se essas se processaram e, se processaram, o quanto foram significativas nas relações dessa comunidade com o mundo externo, e do reconhecimento dela como unidade humana que se diferencia, mesmo dentro de outras unidades, pelos aspectos de religiosidade, de seus falares, de sua cultura, de seu modo de produção, até mesmo de sua constituição psicossocial, entre outros aspectos.

Nesse sentido, a pesquisa se justifica principalmente pela necessidade de se conhecer e se dar visibilidade às questões relacionadas as facetas heterorgânicas de Kalunga, à luz das ações do PBQ.

6 O nome Kalunga (calunga) possui em torno de 14 significados. Assim como os negros, os significados dessa palavra foram se modificando da África até o Brasil, conforme Relatório da Pesquisa Quantitativa em cinco comunidades quilombolas de Goiás, sobre o território Kalunga.

7 Art.1º Fica criada, como órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

1.3 metodologia

O princípio metodológico desta pesquisa centra-se em estudo fenomenológico, predominantemente, numa perspectiva histórica e social, utilizando para isso pesquisa bibliográfica, em banco de dados e em repositórios institucionais.

Nesse sentido, a pesquisa terá como objetivo a investigação e análise do fenômeno de (des)construção identitária da Nação Kalunga e a identificação dessa identidade com as ações do PBQ, buscando conhecer a complexidade do processo desse fenômeno, sobretudo, o que há por trás da urgência e do método de uma (trans)formação da unidade humana delineado nessa comunidade.

Assim, das análises levantadas, a partir da implementação do PBQ, procurou-se averiguar a relação das ações do programa com a afirmação da identidade Kalunga. Desse modo, seguindo a diretriz de um estudo fenomenológico na perspectiva histórico-social, a pesquisa foi feita por meio dos seguintes procedimentos, levando-se em conta o levantamento Histórico - Documental:

- Levantamento histórico da formação e titulação do Quilombo Kalunga;
- Discussão e levantamento dos referenciais teóricos e legais que fundamentam as ações do PBQ e os impactos delas sobre o modo do quilombo se perceber e ser percebido como Nação;
- Levantamento dos indicadores da eficiência e da eficácia do PBQ com relação a Kalunga e as suas peculiaridades;
- Levantamento de documentos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela Seppir, pela Fundação Palmares, pelo INCRA, pelo projeto Kalunga Sustentável e pela Associação Kalunga.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A construção do referencial teórico parte da ideia da comunidade afro rural Kalunga no seu aspecto de Nação, existente mesmo antes de sua titulação. O povo Kalunga possui uma identidade própria que resiste mesmo tendo uma territorialidade fragmentada e uma pluralidade nos campos cultural, artístico, econômico, social, religioso e até mesmo étnico e geográfico.

Em seus aspectos territoriais, o sítio histórico e Patrimônio Cultural Kalunga é constituído por cinco núcleos principais, ou “municípios”, Contenda, Kalunga, Vão das Almas, Vão do Moleque, Ribeirão dos Bois (Baiocchi, 1999, p.10), havendo nesses núcleos vários agrupamentos locais.

Com relação a pluralidade social, étnica e cultural, a obra do MEC;SEF (2001) nos diz que o povo Kalunga vem de vários lugares da África, haja visto que no século XV “Transportam-se da África para o trabalho agrícola no Brasil nações quase inteiras de negros” (FREYRE, 1961, p.12).

Isso se repetiu em diversos momentos, com diferente intensidade, e outras motivações, mas promoveu o encontro de diferentes Nações, com diferentes experiências no modo de produzir, de conviver, peculiaridades linguísticas, com devoções, com e com folias próprias, Sem falar, logicamente, de que todos esses passam, por aquilo que Freyre (1961) chama de “miscilibilidade” desde o primeiro contato entre ditos “brancos” e “negros”.

Dessa pluralidade nasce uma nova massa humana, com um discurso próprio, incorporada de diferentes concepções artísticas, culturais, religiosas, entre outras. Nessa dinâmica se dá a construção identitária da Nação Kalunga, que hoje apresenta nova face após as ações do PBQ e de todos os agentes externos que interferiram na maneira de ser dessa comunidade, uma vez que esta, como maioria das nações, não se encontra em isolamento e que, por isso, está em constante mudança, pois, como já dizia Camões, “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades” (MOISÉS, 1980, p.80) e com o povo Kalunga isso não poderia ser diferente.

2.1 A (Des)construção da Nação Kalunga

Uma nação se constrói a partir de um sentimento de intersecção entre diferentes pluralidades e se desconstrói ao se inserir, forçosamente ou não, na realidade de outros

Estados e Nações, podendo dar origem a uma outra nação, ou, simplesmente, desaparecer, absorvidos pela nação opressora, tornando-se parte menor, ou menos significativa dentro dela, por se perder dentro da opressão do Estado, que, ou não os enxerga ou não lhes dá voz. E assim, não se encaixam, nem territorialmente, nem, muito menos, sócio, político e culturalmente.

Esse é um processo de “desencaixe” em que nações dissolvidas, e, pseudamente absorvidas, não conseguem aderir aos objetivos das nações em que estão inseridas e que, por isso não conseguem se estruturar como unidade soberana de um território em que seus membros elaboram um rumo político que os identifique singularmente.

Segundo Pereira (2009, p.70), “Nação é uma sociedade de pessoas ou famílias que, compartilhando um destino político comum, logram se organizar na forma de Estado com soberania sobre determinado território”. Ainda na abordagem do referido autor, a nação precisa ter objetivos comuns para que compartilhe o destino comum, sendo o desenvolvimento como o mais importante dos objetivos. A liberdade e a justiça social também ganham espaço como elementos da nação.

Nação é Povo organizado politicamente sob um único governo. Pessoa jurídica formada pelo conjunto dos indivíduos regidos pela mesma Constituição. O conjunto de indivíduos que habitam o mesmo território são ligados pela origem, tradições, costumes, cultura, interesses e aspirações, geralmente falam a mesma língua e obedecem a mesma lei (FULGÊNCIO, 2007, p. 429). Acrescenta-se a essa definição a ideia dos povos que se mantiveram durante séculos sem fixação a uma base física, nesse grupo inclui-se os ciganos e os judeus.

Tendo como base essa definição, pode-se encontrar semelhanças para grupos existentes no território brasileiro que, por muitos anos, ficaram isolados, não eram parte do povo, embora vivessem no mesmo território (geográfico).

Eram, portanto, Nações isoladas dentro da Nação brasileira. Diante desses conceitos de Nação, faz-se necessário contextualizar como originou-se a “Nação Kalunga” dentro do território brasileiro.

De acordo com Baiocchi (1999, p.27), desde os primórdios o negro desempenhou um importante papel na formação étnica e na evolução socioeconômica e cultural de Goiás. A exploração do ouro em Minas Gerais não era suficiente para os Bandeirantes, estes avançaram em busca de explorar o minério em outras regiões. Bartolomeu Bueno da Silva, mais conhecido como Anhangüera, e João Leite da Silva Ortiz, chegaram às terras do Goiás,

anteriormente chamada de “Minas dos Goíases”, nome do povo indígena que habitavam essas terras (MEC/SEF, 2001).

A exploração do negro não se resumia apenas aos serviços na lavoura da terra ou exploração das minas, o negro possuía também um papel militar, era forçado a organizar a resistência, perseguir os índios fugitivos ou dava combate aos indígenas selvagens.

A colonização do território de Goiás foi possível devido ao árduo trabalho do negro. Brandão (1977) relata que ao mesmo tempo em que o escravo se coloca no grau mais baixo da escala de prestígio e direitos locais, é ele o determinante da riqueza do senhor. Os negros produziam a maior parte da riqueza da província e quase toda ela era reservada para a compra de mais escravos.

Em relação as condições do trabalho escravo, Brandão (1977) apresenta duas condições em que o escravo conseguia reformular as suas relações com a sociedade escravocrata de mineração, que na época era considerado o mais árduo dos trabalhos realizados pelo negro escravizado. A primeira condição levava o negro, ainda como escravo, para a lavoura ou para os ofícios urbanos⁸, nestas condições, segundo Brandão, o negro consegue redefinir-se para a “sociedade dos livres”.

A segunda alternativa era a fuga, que apresentava-se cada vez mais numerosa em Goiás. Os quilombos⁹, a resultante social delas, foram frequentes ao longo de toda a região durante o ciclo do ouro. “Escravos fugidos organizavam-se em pequenas e grandes comunidades escondidas dos brancos e não foram poucas as que conseguiram sobreviver durante vários anos” (BRANDÃO, 1997, p.59).

O negro, obrigado a construir uma riqueza alheia, oprimido como escravo, parte, como indivíduo e em grupo, para a organização étnica, das mais variadas formas, em Goiás, como em todo o Brasil (Baiocchi, 1983).

8 Qualquer dessas transferências – sempre benéficas para o negro por causa de diferenças no trabalho diário – eram raras e em geral atingiam: a totalidade das mulheres, nunca empregadas como mineradoras; os velhos e as crianças aproveitadas nos serviços domésticos e em alguns ofícios urbanos; os escravos jovens e adultos em situações excepcionais e muitas vezes provisórias, quando eram separados, por exemplo, para construir uma casa na cidade.

9 Quilombo, segundo Lopes (2004) significa aldeamento de escravos fugidos. Sua origem etimológica provém de Kilombo, “acampamento”, “arraial”, “povoação”, “povoado”, “capital”, “união”, “exército”. Quilombos contemporâneos por sua vez são comunidades em que os habitantes se identificam por laços comuns de africanidade, reforçados por relações de parentesco e compadrio, antiguidade na ocupação de sua base física (fundamentada em posses seculares e por tradições culturais próprias) dentro de um sistema que combina apropriação privada e práticas de uso comum, em uma esfera jurídica infra-estatal. Segundo a Associação Brasileira de Antropologia, a expressão define “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos, vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais tem forte vínculo com o passado” Lopes (2004)

A luta por melhorias nas condições de vida, diante de uma sociedade desigual obrigou o negro escravizado a fugir. Segundo Baiocchi,

(...) os quilombos constituíram forma de organização e de luta, onde o negro, em um processo extremo de defesa e afirmação, parte da “passividade” e “resignação”, tão decantadas, para a luta aberta contra a dominação do senhor, contra o esfacelamento da sua identidade, do seu grupo. No caso presente, a identidade étnica confunde-se com a identidade do grupo (BAIOCCHI, 1983, P.36).

Moura (1981, p.36) diz ainda que a importância do quilombismo representa referencial para a trajetória do africano em terras brasileiras. No processo escravocrata, notadamente a resistência pela liberdade contribui para a construção da diferença, caráter indissociável na formação do povo brasileiro, a necessidade de solidariedade como condição essencial para a sobrevivência em um país continental e com muitas faces “tribais”.

O movimento quilombola, iniciado com Palmares no século XVII, encerra o seu ciclo de lutas no século XIX com a Abolição da Escravatura, em 1888. Cabe ressaltar que o fim da escravidão não representou para o negro a conquista efetiva de sua cidadania, de sua integração à sociedade, à Nação brasileira nem a conquista do respeito a diferença.

Muitos negros, não tendo condições de se integrar a essa sociedade, que ainda o discriminava e o explorava, permaneceram nos quilombos e, muitas vezes, desconhecidos da Nação Brasileira, vivendo de acordo com dinâmica própria, produzindo seus bens de consumo, organizavam-se em grupos étnicos.

Citando Oliveira, Brandão (1977, p.39) considera que grupos étnicos são formados e mantidos como organizações sociais quando os seus integrantes valem-se de uma mesma identidade étnica para atribuírem valores de efeito classificatório a si próprio e aos sujeitos de outros grupos.

Segundo essa visão do autor, Brandão (1977) chega a conclusão de que,

(...) estamos diante de representações de grupos etnicamente diferenciáveis no interior de uma mesma sociedade, onde estão redistribuídos sujeitos de uma e outra etnias, entre as classes e outras categorias de diferenciação social, também elas produtoras de ideologias (BRANDÃO, 1977, p. 42).

A população Kalunga ficou isolada durante muito tempo, sendo conhecida por meio de trabalho de antropólogos, como o de Mari Baiocchi, que realizou nessa região pesquisas através do projeto Kalunga – Povo da terra (1981-1996). Esse projeto rompeu com o silêncio existente relativos a movimentos de resistência escrava no Goiás e segundo Baiocchi,

(...) tornou-se necessário um projeto especial para a realização de pesquisas em fontes primárias (arquivos) pois, o que se apresenta sobre o tema não leva a conclusões elucidativas no Estado de Goiás. Porém, a própria existência das

comunidades denominadas Kalunga testemunha que o africano, mesmo na condição de escravo, luta tenazmente para a sobrevivência, construindo uma forma de vida onde possa realizar o exercício da liberdade e solidariedade como normas éticas. (BAIOCCHI, 1999, p. 33).

A história Kalunga¹⁰ é conhecida por meio da tradição oral. Essa tradição faz o papel de representar um povo, a vida social, os valores e os pensamentos dele. Constrói, dessa forma, no dia a dia das famílias, na voz dos anciões, o repertório das tradições e da forma de ser de expressar de uma nação.

Em um trecho de arquivo fonográfico realizado por Baioicchi, que representa bem esse mecanismo informal, um morador Kalunga conta como tudo começou, ao relatar as migrações, a posse da terra e a miscigenação com os indígenas:

Existia uma mina de ouro ali bem perto, nessa mina trabalhavam muitos escravos. O nome da mina é Boa Vista, fizeram um rego grande pra levar água até a mina. Eram maltratado, o trabalho era por demais... O primeiro povo morador é do Kalunga, os Pereira que chegaram, aqui tinha era índio.

A Contenda passou por 03 mulheres, é terra doada de madrinha. As Areia tem caminho real onde passava o home o oro o fiscal que realizava a cobrança dos impostos, a capitação para o governador.

O Sicury é mais novo de terra comprada.

*O Vão do Muleque, Vão de Almas veio depois
O Ribeirão foi o último.*

Os cumpadre (índio) morava aqui. As moças passava nois com eles ficava amigo

A Nação Kalunga nasce da busca de objetivos comuns, alinhados com a necessidade de sobrevivência e a fuga da escravidão a ela imposta, que lhes roubava a ideia de nação, de humanidade e sobretudo de sua ancestralidade.

Embora se tenha, na ideia original de Nação, o formato de povo organizado politicamente sob um único governo, é possível notar, dentro da realidade de diversas comunidades quilombolas a formação de uma Nação paralela ao Estado, pois, por muito tempo, sobreviveram segundo suas próprias regras diante da “exclusão” ou esquecimento do Estado, que não era legitimamente deles; pois, mesmo que desterritorializados, os Kalungas, por essência, sempre foram uma nação alheia a esse Estado, que os ignorava como povo e os coisificava.

¹⁰ Existem vários significados para o termo “Kalunga” ou “Calunga”. Baiocchi adotou a palavra escrita com “K” para manter a grafia de origem. A identificação Kalunga, em nível regional e nacional, surge após a divulgação de sua existência pelo Projeto Kalunga – Povo da Terra, nos meios de comunicação e eventos acadêmicos.

2.1.1 Um passo atrás: origem plural da Nação Kalunga

Passo a passo foram se constituindo povos, Estados e Nações, que não ficaram presos nem espacialmente, nem etnicamente. Falar da origem do povo Kalunga não é somente relembrar a exploração do negro diante da ambição dos colonizadores; mas, e antes de tudo, é dar um passo em direção aos antepassados dessa gente, que vieram de muito longe, de diferentes lugares, com muitas histórias, já constituídas de Nação e que eram pessoas diferentes umas das outras, que, assim como os povos indígenas, habitantes da região de Goiás, possuíam diferentes línguas, culturas e religiões (MEC/SEF, 2001).

Os africanos que foram retirados de forma forçada e violenta de seus “reinos” de origem e trazidos para o Brasil, de maneira precária e desumana, vieram de diversas regiões das “Áfricas”. Eram negros *guinês, minas, congos, cabindas, benguelas* e muitos outros nomes, que, geralmente, designavam o porto de embarque de onde tinham vindo e não o povo ou a civilização a que pertenciam (MEC/SEF, 2001).

De acordo com *Em Uma história do Povo Kalunga*,

Depois, da costa ocidental africana vieram outros negros que ficaram conhecidos como *moçambiques* e, por fim, do noroeste africano os povos que foram chamados de *geges, nagôs ou iorubás*. Entretanto, cada um desses povos tinha uma cultura e um modo de vida próprios. Muito deles viviam em civilizações altamente desenvolvidas, onde havia grandes cidades e onde reis poderosos exibiam o luxo de suas cortes e tinham uma cultura muito refinada (MEC/SEF, 2001 p. 18).

Percebe-se que a intenção dos exploradores era a de não permitir que os negros escravizados se identificassem entre si, as famílias eram separadas com tamanha brutalidade e desrespeito daqueles que se consideravam “senhores de escravos”.

Dessa forma, a comunicação e a relação de pertencimento entre esses povos era prejudicada de forma proposital e, nessa “torre de babel” o negro não se fragilizava mas construía paulatinamente um caminho de reencontro, de se constituírem identitariamente.

A tentativa de se dilacerar a identidade desses povos envolvia inúmeros detalhes. No embarque ou na chegada aos portos brasileiros, os negros eram batizados, recebiam um nome cristão, vinculando-os ao “Deus branco”; pois tentavam forçá-los a se converter ao catolicismo, o que pode explicar, em grande parte, o sincretismo religioso no Brasil, que tem

por base as religiões africanas, que incorporaram muitos santos e rituais católicos em seus cultos¹¹.

Esses negros tinham um modo particular de produção e a economia deles era elaborada de forma que as necessidades deles fossem atendidas e isso se refletiu na organização econômica do Quilombo Kalunga. Os dados do Censo de Goiás (2012) apresentam, como principal atividade econômica nos diversos povoados dessa comunidade, a agricultura familiar rudimentar, a criação de aves, de suínos e de bovinos, com fins de subsistência. Além disso, há o plantio de mandioca para a produção da farinha, não só para o consumo interno, mas também para comercialização nas cidades vizinhas.

Ainda, outro importante relato do documento é sobre o conhecimento tradicional de plantas do cerrado. O povo Kalunga aprendeu não somente a utilizá-las, como também a preservar a natureza como forma de sobrevivência, assim como faziam os seus antepassados na sua terra natal. O mesmo respeito dado a natureza é também encontrado nas relações com os mais velhos. A experiência dessas pessoas mais velhas era valorizada porque ela podia servir para orientar os mais novos (MEC;SEF, 2001).

Mas é nas festividades que o ser Kalunga se revela, ou que se revela a origem da arte e cultura desse povo. As festas representam um momento de encontro entre os moradores dos diversos povoados; ou seja, uma grande confraternização, onde há um intercâmbio de “fazeres” e “prazeres”. É ali que eles podem sentir que pertencem, de fato, a uma comunidade, que fazem parte de um povo que tem uma história e uma identidade (MEC;SEF, 2001).

Com o passar do tempo, o cenário externo à comunidade foi se alterando e novos fatos surgiram e interferiram na dinâmica dos povos Kalunga. A construção de Brasília, em 1960, trouxe um novo programa de desenvolvimento para a região, dentre as ações havia planos de povoar as áreas desertas, expandir fazendas, implantar projetos de mineração e construir hidrelétricas. Era o progresso sustentado pela lógica do capitalismo que, por volta de 1980, começou a ser implantada e chegou até o local em que os Kalungas habitavam.

Esse progresso, é claro, iria interferir no modo de vida da região; pois junto dele vinha a exploração desenfreada dos recursos naturais. Esse foi um marco importante, que deu início a um período de luta dessa comunidade para demarcação e titulação de suas terras.

11 A Comunidade Kalunga possui um calendário de festas religiosas. Segundo Baiocchi (1999) a festa representa veículo de afirmação e sacralização da identidade e, ao mesmo tempo, louvação do ancestral. No espaço sagrado realiza-se o sincretismo, festeja-se o “Santo Católico em Espaço Africano”

Importante destacar nesse processo a parceria entre a comunidade e o projeto coordenado por Mari Baiocchi – Kalunga: Povo da terra, que teve entre outras consequências positivas a Lei, a qual transformou a região dos Kalunga em Sítio Histórico e Patrimônio Cultural, aprovado em 1991 pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e, nos anos de 1993/1998, os trabalhos iniciais de demarcação, titulação e registro do território.

2.2 Territorialidade: Contra-argumento de pertencimento

Não basta dar a uma comunidade um território demarcado para que esse se torne uma Nação. Uma nação nasce do sentimento de pertencimento, mas que pode, e deve, ampliar horizontes e, nunca, em hipótese nenhuma, limitar ou restringir um povo.

Carril (2006) diz que durante a escravidão, a população negra escrava não constituía uma cidadania territorial. Nesse sentido, entendemos que territorialidade está também relacionada à condição de cidadania, de poder civil e de base de direitos. Os quilombos formados como forma de fuga ao regime da escravidão, constituiu, segundo a autora, uma nova territorialidade, que permitiu a reconstrução da sobrevivência física e cultural dos escravizados.

O reconhecimento oficial das comunidades tradicionais, nas quais se incluem as comunidades quilombolas, foi garantido no texto constitucional de 1988, em seus artigos 215 e 216 que falam sobre o acesso, incentivo a valorização e difusão das manifestações culturais e que diz que o patrimônio cultural brasileiro são constituídos por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo o tombamento dos documentos e dos sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

A Constituição Federal de 1988 determina, ainda, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), no art. 68, que, aos remanescentes das comunidades dos quilombos, que estejam ocupando suas terras seja reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Essa previsão legal trouxe como consequência a necessidade do Estado promover ações para garantir o direito das comunidades quilombolas, pois essas passam a ser reconhecidas como parte da Nação Brasileira, deixam portanto seu caráter de “Nações” isoladas geograficamente e socialmente para compor o território brasileiro. Diante dessa nova

composição, o cenário de luta das comunidades é alterado. Temos uma nova lógica, uma nova dinâmica e uma série de desafios diante de um mundo e uma economia globalizada.

Haesbaert (2011) observa que o termo território assume várias perspectivas que vão desde o seu sentido mais usual, ou materialista, que o liga à terra, como também no seu sentido naturalista, reduzindo-o ao caráter biológico.

(...) Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a intenção sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes ligadas a concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca a sua dimensão simbólica, principalmente nos estudos das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neoliberalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2011, p.37).

Cabe aqui abordar o termo “território” em seus diferentes sentidos para entendermos a complexidade da realidade de comunidades afro rurais. Sack, in; Haesbaert (2011) entende que a territorialidade deve proporcionar uma classificação por área, uma forma de comunicação por fronteira e uma forma de coação ou controle.

Nesse sentido, temos a relação de subordinação que dá o sentido de igualdade entre aqueles que habitam o mesmo território e também de diferença aos que estão fora dele. O Estado nação, segundo o autor, surge para promover tanto uma territorialidade, no sentido de controle do acesso, quanto no sentido de classificar e mesmo nomear as pessoas conforme seu lugar de nascimento.

No entanto, a Nação Kalunga , em parte, foge a esses princípios, pois

Enquanto a economia globalizada torna os espaços muito mais fluidos, a cultura, a identidade, muitas vezes re-situa os Indivíduos em micro ou mesmo mesoespaços (regiões, nações) em torno dos quais eles se agregam na defesa de suas especificidades histórico-sociais e geográficas (HAESBAERT, 2011, p.92).

Ainda, deve se olhar a comunidade Kalunga sobre o prisma da “exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais”(HAESBAERT, 2011), mas que, em vários momentos, tende a ter efeito contrário; ou seja, as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material, levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e até de espaços mais fechados o que visa a assegurar a manutenção da identidade cultural. O que, segundo Haesbaert (2011, p.93) é “ o último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade”.

Dignidade essa que se associa a necessidade de representação social, e todos os seus recortes de identificação do grupo, como nação e do indivíduo como ser social. Nesse sentido, na territorialização,

Pode-se, com um novo recorte ou “fronteira”, legitimar certas identificações sociais previamente existentes ou, o que é mais comum, ao mesmo tempo criar ou fortalecer outras. Como todo processo de representação territorial é altamente seletivo, somente alguns espaços serão “representativos” da(s) identidade (s) que eles ajudam a produzir ou reforçar (HAESBAERT, 2011, p. 93).

Sendo assim, ser Kalunga é o processo de contra-argumentação do pertencimento, na dinâmica do encontro de diferentes identidades que formam uma nação, no jogo de encaixe e desencaixe territorial.

2.3 O diálogo das ações do PBQ com o sentimento de nacionalidade Kalunga

O Programa Brasil Quilombola, criado em 12 de março de 2004, foi implementado inicialmente na comunidade Kalunga. Seguindo os princípios¹² de transversalidade, gestão descentralizada e gestão democrática, norteados pela Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, instituído pelo Decreto nº 4.886.

O escopo do programa prevê ainda a formação de comitês estaduais, que se articulam com as prefeituras dos municípios onde existem comunidades quilombolas e as representações dos órgãos federais nos estados. No intuito de dar agilidade a execução das ações do programa, foram adotadas algumas estratégias de ação a saber:

- apoio institucional sistemático ao trabalho desenvolvido pelo MDA/Incra para regularização das terras quilombolas, seja no escritório nacional ou nos regionais deste instituto;
- Incrementar os processos de formação do gestor público em todas as áreas afins à política de governo para as comunidades remanescentes de quilombo;
- Consolidar os existentes e ampliar os canais de interlocução do governo com as representações quilombolas, visando a sua participação no controle social da política e seu fortalecimento enquanto ator político envolvido diretamente com este processo;

12 A transversalidade implica no envolvimento de vários órgãos responsáveis pela execução e gestão das ações voltadas para combate às desigualdades raciais e de gênero, mas também a preservação da diversidade cultural. Gestão Descentralizada implica na articulação com os entes federativos e a Gestão Democrática implica em estabelecer interlocução com as Associações representativas das comunidades quilombolas e demais parceiros não governamentais, considerando-os agentes ativos na formulação e monitoramento da política (BRASIL QUILOMBOLA, 2004)

- Superar a atual carência de informações, dados e conhecimentos sobre a realidade das comunidades remanescentes de quilombo;
- Aprimorar a coordenação da ação governamental no sentido de melhor investir os recursos escassos e potencializar a execução de cada órgão;
- Buscar direcionar as políticas universais para todas as comunidades quilombolas do país.

Dentro do eixo de ação – Acesso a terra, o objetivo é promover a regularização fundiária para assentamento e preservação das comunidades e de sua cultura. Neste eixo estão incluídas a regularização fundiária; mediação de conflitos e intervenção em terras Públicas/Devolutas. Os processos de regularização fundiária iniciam-se com a certificação¹³ das comunidades quilombolas, sendo a Fundação Cultural Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, responsável por realizar e articular ações de proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural das comunidades remanescentes de quilombos, bem como das comunidades tradicionais de terreiros.¹⁴

Após a certificação, é aberto o processo de regularização fundiária¹⁵, sendo de responsabilidade do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MDA)¹⁶, em parceria com os institutos de Terras Estaduais e Secretaria de Patrimônio da União.

O eixo de ação – Infraestrutura e qualidade de vida reúne ações de saneamento básico de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, vinculada ao Ministério da Saúde. Essa ação tem o objetivo de ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico nas comunidades e englobam serviços de implantação ou ampliação dos sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário e melhorias sanitárias domiciliares (Guia de políticas para comunidades quilombolas, p. 22).

Atualmente, esse eixo de ação conta com o Programa Água para Todos, que busca universalizar o amplo acesso e uso de água para populações que não dispõem desse serviço público essencial. Como parte integrante do Brasil Sem Miséria, o programa atende os

¹³ A certificação das comunidades quilombolas é o primeiro passo para a regularização fundiária e para o reconhecimento da identidade da comunidade enquanto remanescente de quilombo. A emissão do certificado é de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura (FCP/MinC), que tem como atribuição legal realizar e articular ações de proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural das comunidades remanescentes de quilombos, bem como das comunidades tradicionais de terreiros. O processo para essa certificação obedece a norma específica desse órgão (Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98, de 26/11/2007).

¹⁴ O processo de certificação obedece a norma específica da Fundação Cultural Palmares nº 98, de 26/11/2007

¹⁵ Com a regularização fundiária a comunidade passa a existir legalmente como proprietária da terra

¹⁶ Base Legal: Decreto nº 4.887/2003 e Instrução Normativa 57/Incra, de 20 de outubro de 2009

inscritos no CadÚnico do Governo Federal, gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Outra importante ação para desenvolvimento das comunidades quilombolas é o Programa Luz para Todos, coordenado pelo Ministério das Minas e Energia (MME)¹⁷ com o objetivo de levar energia às populações rurais, contribuindo para o desenvolvimento, redução da pobreza e aumento da renda familiar.

No eixo Desenvolvimento local e inclusão produtiva destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores e assentados da reforma agrária. Outro importante projeto é o de Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola (ATER), incluído dentro do Plano Brasil Sem Miséria, é direcionado a famílias em situação de vulnerabilidade social.

Por fim, no eixo Direitos e Cidadania destaca-se a Construção de escolas quilombolas – Escolas do Campo – que objetiva desenvolver ações voltadas a ampliação, adequação, reforma e/ou manutenção das escolas de educação infantil, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, considerando os resultados de um diagnóstico prévio da situação das escolas da rede municipal de ensino e a progressão das matrículas em cada localidade.

Porém, a convergência desses eixos, encontra-se burocratizada, o que torna também mais inconsistentes os elementos que podem caracterizar a comunidade Kalunga como nação.

¹⁷ Decreto n° 7520/2011

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresenta-se neste capítulo os principais dados do relatório de gestão do Programa Brasil Quilombola significativos para elucidação da situação das comunidades quilombolas no contexto geral e dentro da comunidade Kalunga em particular. Tendo em vista a grande variedade de ações desenvolvidas nos diferentes órgãos que compõem o PBQ, existe aqui um recorte das ações, sendo privilegiadas as que oferecem maior impacto sobre o *modus vivendi* da comunidade em estudo.

Conforme a Agenda Social Quilombola (ASQ) os eixos de atuação são acesso a terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos de cidadania. Trago a seguir o resultado das ações desenvolvidas em cada eixo citado.

3.1 Eixo 1 - Acesso a Terra

Este eixo agrupa a execução e acompanhamento dos tramites necessários para a regularização fundiária das áreas de quilombo. O processo inicia-se com a certificação e encerra-se com a titulação (Diagnóstico PBQ, 2012). De acordo com o diagnóstico de ações de 2012, foram certificadas 2.040 comunidades, em consulta ao sitio da Fundação Cultural Palmares foram obtidos dados discordantes do relatório, sendo informado um número total de 2.007 certidões emitidas até 2014 conforme gráfico abaixo:



Gráfico 1. Comunidades Certificadas

Fonte: FCP /2014

Observa-se que a Comunidade Kalunga iniciou o processo de demarcação das terras antes da criação do PBQ, através do movimento de lideranças da comunidade e de agentes externos, como as entidades sociais, culminando na emissão do título fundiário em 14/07/2000¹⁸. Com uma área de 253.191,720 hectares espalhados nos Municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre localizados em Goiás.

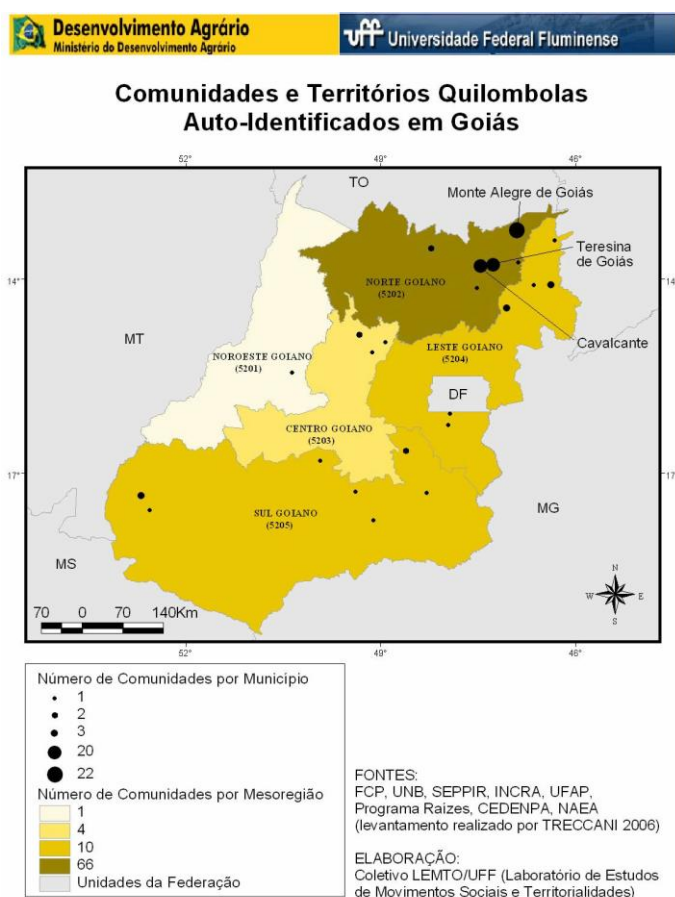


Figura 1. Mapa da região Kalunga

Fonte: Uff

Com relação ao número de Comunidades quilombolas tituladas, temos a informação no documento de referência de 207 títulos expedidos até 2012. A consulta a base de dados do Incra apresentou, também aqui, um número diferente de comunidades tituladas, inferior ao número informado no relatório do PBQ/2012.

Títulos emitidos	Territórios beneficiados	Comunidades atingidas	Total de famílias beneficiadas
154	127	217	13.145

Tabela 1 – Comunidades Tituladas

Fonte: Incra/2014

¹⁸ NT 009/2014 (Seppir)

Mesmo assim, mesmo com essa discrepância considerando-se que há mais de 1000 processos abertos, há uma quantidade ínfima de títulos emitidos.

3.2 Eixo 2 – Infraestrutura e Qualidade de Vida

Habitação, saneamento, eletrificação, comunicação e vias de acesso são os direcionadores de ações pretendidas neste eixo que, somados ao atendimento de demandas de saúde, educação e assistência social visam a inclusão efetiva dos povos dessas comunidades como sujeitos de direito, conforme preconizado no art. 6º da CF/1988.¹⁹

O cadastro único, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permite conhecer a realidade sócio econômica dessas famílias e incluí-las, conforme o caso, nos programas do Governo Federal. Os dados do relatório revelam o total de 80 mil famílias cadastradas no CadÚnico, sendo 75,6% em situação de extrema pobreza. Destas 64 mil são beneficiárias do Bolsa Família. Na Comunidade Kalunga são 1.581 famílias cadastradas, sendo 63,4% em situação de extrema pobreza.

Em 2003, iniciou-se na Comunidade Kalungas, as ações de saneamento básico da Fundação Nacional de Saúde – Funasa. Essas ações foram intensificadas a partir de 2004 e o plano de metas é atingir com obras de saneamento 375 comunidades quilombolas com a execução de ações e implantação, ampliação ou melhoria de sistemas de abastecimento de água (SAA), sistemas de esgotamento sanitário (SES) e melhorias sanitárias domiciliares (MSD).

Dados obtidos por meio da NT 009/2014 da Seppir, apresentam informação de que 88,8% das famílias na comunidade kalunga ainda não possuem saneamento básico. Tendo sido executado no exercício de 2011, através do SAA de execução direta a quantia de R\$ 6.242.979,25. Havia uma articulação da Sudeco para viabilizar junto ao Programa Água para Todos (Água para consumo humano), a descentralização de aditivo junto a Secretaria de Ciência e Tecnologia – Goiás (R\$ 10,0 milhões), destinado para 20 municípios. Por questões orçamentárias, essa liberação não ocorreu e está em processo de rearticulação junto ao Estado de Goiás.

¹⁹ São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

O gráfico abaixo, referente ao painel de monitoramento do PBQ, apresenta o total de recursos investidos em obras de saneamento entre os anos de 2009 a 2013 em comunidades quilombolas.

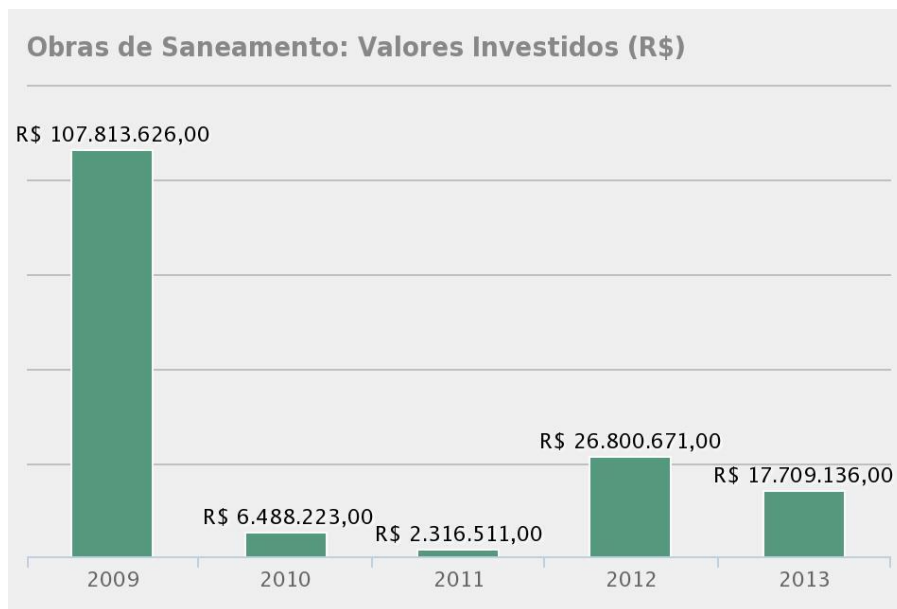
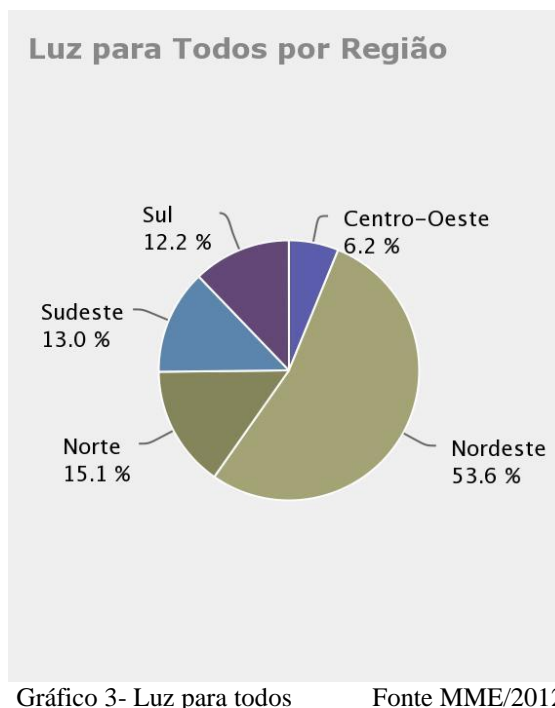


Gráfico 2- Obras de saneamento

Fonte: Funasa/2013

Outra importante ação prevista no PBQ é articulado por meio do Programa Luz para Todos (PLT). Com o objetivo de levar energia às áreas rurais com o intuito de promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades. A coordenação do programa realizou acordo com a Companhia Energética de Goiás – CELG, para consolidação da rede elétrica que irá atender a comunidade, porém estão aguardando a liberação de recursos financeiros para o início das obras.

Conforme o Ministério de Minas Energia (2013), no gráfico a seguir, tem-se os dados percentuais de comunidades quilombolas atendidas pelo programa por região.



Verifica-se que, na região Centro Oeste, existe apenas 6,2 % de comunidades atendidas. O MME tem um plano de metas, por meio do Programa Luz para Todos que objetiva levar energia elétrica até 2014 a parcela da população do meio rural que não possui acesso a esse serviço (PAINEL DE MONITORAMENTO/Seppir).

3.3 Eixo 3 – Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva

Neste eixo de ação temos o apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades.

O programa de Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola (ATER), desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, faz parte do Programa Brasil sem Miséria (BSM). Em 2013, o ATER foi implantado na Comunidade Kalunga para atendimento de 1.100 famílias.

3.4 Eixo 4 – Direitos e Cidadania

Articulado por diferentes órgãos, temos aqui o estímulo à participação ativa dos representantes quilombolas nos espaços coletivos de controle e participação social. É o princípio adotado da Gestão Descentralizada do PBQ. Temos aqui o fortalecimento dos

direitos das comunidades quilombolas, a partir do acesso a políticas públicas de saúde, educação, assistência social, previdência, fortalecimento institucional, entre outras.²⁰

A política de educação quilombola contempla além da ampliação e qualificação da oferta de educação básica. No desenho da educação quilombola, existe a previsão para contemplar as especificidades relativas a história, vivência, tradições, cultura.

A tabela seguinte apresenta dados da saúde na região Kalunga

Brasil, Regiões, Unidades da Federação e Municípios	Equipes da estratégia saúde da Família	Mais Médicos
CAVALCANTE	2	2
MONTE ALEGRE DE GOIAS	0	0
TERESINA DE GOIAS	1	1
Total	3	3

Tabela 2. Dados da Saúde na região Kalunga Fonte: Nota técnica Seppir/2014

Para uma população estimada em 3000 famílias, temos o total de 3 equipes do Programa Saúde da Família e 3 médicos do Programa Mais médicos. Considerando as dificuldades de acesso entre os diversos povoados que compõem a região Kalunga, esse número é considerado insuficiente em vista do tamanho da região Kalunga e das dificuldades de acesso entre os povoados que compõem a região.

²⁰ Relatório de gestão PBQ/2012

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo-se Nação com todos os seus aspectos, e a essência daquilo que se entende por nação, esse estudo procurou dar conta de enxergar a Nação Kalunga sob a luz das ações do PBQ, tendo como viés as relações entre identidade sócio, política, social e desenha territorial, que configuram uma Nação.

O povo Kalunga, das origens ao quilombo, é ancorado por diferentes desenhos de nações. Isso se deve a pluralidade de um povo que sempre foi, e não é privilégio deles, o encontro de diferentes nações, as quais, por natureza humana, trazem múltiplas experiências, traduzidas em artes, políticas, cultura, economia, entre outras formas dos humanos de se tentarem entender, de se afastarem ou de se aproximarem por suas diferenças ou semelhanças.

O PBQ alcança, mesmo que de maneira tímida, a comunidade Kalunga com eixos de atuação que não visam só dar sustentabilidade a dinâmica orgânica das diferentes formas de produção dessa comunidade, mas, a redesenham, intencionalmente ou não sua (infra)estrutura, sua concepção territorial, sua noção sobre o que é qualidade de vida, dentro do que se entende por cidadania e de construção da preservação de sua múltipla identidade cultural, sem que sejam fadados ao isolamento e a involução.

Saber se o povo Kalunga é, ou se considera, uma nação não depende apenas de se ponderar o quanto seus membros entendem ou não seus direitos ou obrigações dentro do que preconiza o Programa Brasil Quilombola ou qualquer outro programa ou entidade de ditas ações afirmativas com relação a ele.

Há, portanto, muito mais a se levar em conta. Ou seja, é fundamental saber como o quilombo a si se reconhece, como assume e se espalha pelo território a ele titulado e qual a relação que há entre seus habitantes e esse espaço. Ainda se deve, e é importante, saber como esse povo se organiza estruturalmente, como constroem, e reconstroem, localmente, sua cultura.

Além disso, é fundamental procurar saber qual o entendimento dessas pessoas sobre etnia, identidade e singularidade no território que os abraça, principalmente porque “...a participação em coletividades nunca deve cercear a adoção de múltiplas identidades...” (PENA, 2008).

Percebe-se, pelos dados apurados neste estudo, que pouco se sabe exatamente em qual direção caminha o povo, ou povos, que habitam a região Kalunga, até porque há contradições entre os relatórios do PQB e as informações da Seppir, da Fundação Palmares e do Incra. Isso vai de encontro a uma das mais significativas metas do PBQ, que é “superar a atual carência

de informações , dados e conhecimentos sobre a realidade das comunidades remanescente de quilombo” (Brasil Quilombola, p. 25). Logicamente isso limita a capacidade de se enxergar a comunidade Kalunga como nação e a adequada visualização das Nações nela inserida.

No entanto isso não invalida a importância de todos os eixos de ação do PBQ, em seus aspectos de materialidade, pois

Através deles pode-se fazer e desfazer conexões, abrir e fechar a circulação de vários fluxos imateriais, especialmente de informações e capitais, além de permitir o desencadeamento de outros, inúmeros, efeitos de caráter material (HAESBAERT, 2011, p.269).

Mas, para que isso aconteça, é fundamental que a própria comunidade se enxergue como nação e que o PBQ, como qualquer outro agente externo a ela, possa entender como essa Nação se integra a Nação brasileira.

Dito isso, é importante que se diga que os Kalungas não foram descobertos por ninguém. Eles que precisam se descobrir, que lhe seja dada voz para que digam para onde, e por que, querem ir. Essa é a dinâmica que faz com que uma nação interaja com outras nações, modifique e seja modificada, podendo ser “outras” sem deixar de ser ela mesma.

REFERÊNCIAS

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Negros de Cedro: estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás**. São Paulo: Ática: [Brasília]: (Ensaio; 1997)

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Kalunga: Povo da Terra**. Brasília, Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial

BRASIL. **Programa Brasil Quilombola: Diagnóstico de ações realizadas**. Seppir, Julho de 2012

BRASIL. **Decreto n. 4.887, de 20 de Novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

BRASIL. **Decreto n. 6.261, de 20 de Novembro de 2007**. Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil

BRASIL. **Relatório final da pesquisa quantitativa em cinco comunidades quilombolas de Kalunga, Goiás**. 2013

BRASIL. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas – Programa Brasil Quilombola**. Brasília 2013

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Peões, pretos e congos**. Goiânia, Editora Universidade de Brasília, 1977

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

_____NT 009/2014. Ações Comunidade Kalunga -GO

_____. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - 4ª edição. Ipea, ONU, SPM e SEPPIR/Brasília, 2011

FULGÊNCIO, Paulo Cesar. **Glossário Vade Mecum: administração pública, ciências contábeis, direito, economia, meio ambiente: 14.000 termos e definições**. Rio de Janeiro: Mauad , 2007

GILBERTO, Freyre. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1961.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. 6.d. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

LOPES, Neri. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MEC/SEF. **Uma História do povo Kalunga**. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF, 2001.

MOISÉS, Massaud. **A literatura Portuguesa através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 1980.

PENA, Sérgio D. J. **Humanidade Sem Raças?** – São Paulo: Publifolha, 2008.